

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUC^Viva

Nº 984 - 18/4/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

CONSUN EXTRAORDINÁRIO APROVA NORMAS DO "PROCESSO DE CONSULTA" À COMUNIDADE

O que era "eleição" virou "consulta"; o que era "eleitor" virou "votante". Dessa maneira os gestores da universidade sepultaram de vez a outrora tão festejada democracia puquiiana.

Em reunião extraordinária, convocada da noite para o dia na quinta-feira, 14/4, a reitoria colocou em votação a minuta de deliberação para o próximo pleito, ou melhor, consulta, para a nomeação do novo reitor. O documento tomou por base as normas eleitorais do pleito anterior, fazendo alguns ajustes que, longe de serem somente semânticos, consagram o autoritarismo vigente hoje na PUC-SP.

A palavra eleição é substituída em todo texto por consulta. Boa parte dos conselheiros entendeu que isto não mudaria em nada uma vez que estatutariamente é o Grão-Chanceler quem escolhe os candidatos dentro da lista tríplice. Porém, desde

CALENDÁRIO	
Inscrição de chapas	4 a 6/5
Publicação das chapas	9/5
Campanha	9/5 a 3/6
Votação	6 a 10/6
Apuração	10/6

a instauração da eleição direta na PUC-SP por Dom Paulo Evaristo Arns, todos sabiam que o candidato mais votado seria o escolhido. Foi isto que fez com que a PUC-SP tivesse seu nome respeitado em todo o país como a primeira universidade a implantar eleições diretas em todos os níveis. Mas a escrita se rompeu com Dom Odilo Scherer que, em 2012, escolheu a última colocada no pleito.

Agora a reitoria nomeada escancara essa diretriz antidemocrática e retrocede

ainda mais nas relações de diálogo com a comunidade.

ALTERAÇÕES

A deliberação válida para este ano não prevê explicitamente a realização de debates em todos os campi, mas delega à Comissão Central Organizadora (antes era eleitoral) a possibilidade de "propiciar os meios necessários para que ocorra debate aberto à comunidade universitária entre os candidatos".

Um item que causou

polêmica na eleição passada foi a votação dos alunos de lato sensu que na próxima "consulta" não terão direito a voto. Já os residentes do campus de Sorocaba poderão votar.

A votação deverá ocorrer entre os dias 6 e 10 de junho, o que determina um tempo de campanha exíguo para o debate de questões que hoje são polêmicas entre a comunidade (veja calendário completo nesta página).

Assim, tudo indica que teremos mais uma reprise do famigerado processo eleitoral de 2012 onde, contrariamente a vontade de toda universidade, o candidato menos votado é escolhido. A pergunta que não quer se calar, e que deve ser feita a cada candidato inscrito, é se ele terá a dignidade de recusar uma escolha do Grão Chanceler caso não seja o mais votado. E a comunidade espera que ele cumpra a palavra depois da nomeação.

CONTRA O IMPEACHMENT !

CONTRA OS AJUSTES DO GOVERNO DILMA!

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Funcionários aprovam texto do Acordo de Trabalho

Reunidos em assembleia, no dia 14/4, os funcionários administrativos da PUC-SP aprovaram o texto do acordo interno de trabalho da categoria com vigência até fevereiro de 2017. Três pontos ainda restavam para a discussão final, em primeiro lugar, da mesma forma que na discussão com a APROPUC, a Fundasp propunha ampliação da idade de 45 para 50 anos para o benefício de 15 dias suplementares de aviso prévio em caso de demissão. Depois da discussão a Fundasp concordou com os funcionários e manteve o limite de 50 anos.

Já com a questão da multa diária por atraso de salário a Fundasp não abriu mão de sua proposta: o texto que antes estipulava 1/30 de multa diária sobre o atraso de salários passou para 1/50.

Os funcionários obtiveram importante vitória com a aprovação das chamadas faltas abonadas que passam de quatro para cinco, sendo regulamentadas pelo mesmo texto que rege os funcionários de Sorocaba.

Quanto ao valor da cesta básica ainda permanece em aberto, pois a AFAPUC cotou os mesmos itens que compõem a atual cesta e constatou que eles hoje saem por R\$ 135,00 em três diferentes supermercados. Assim a direção da entidade encaminhou o pedido (que será estudado pela Fundasp) de recebimento de um cartão magnético com esse valor.

A assembleia aprovou por unanimidade o texto do acordo interno enten-

dendo que, embora não reflita realmente o que a categoria gostaria de ver implementado, ele possui avanços em relação ao acordo anterior.

VACINA CONTRA A GRIPE

Em contato com a Divisão de Recursos Hum-

anos a AFAPUC recebeu a informação de que a tradicional vacinação contra a gripe que deveria acontecer ao final deste mês, ainda está sem data marcada em função da dificuldade de se encontrar a vacina no mercado. Tão logo a PUC-SP conseqa um laboratório com disponibilidade de doses para aten-

der a comunidade serão fixadas novas datas.

Na assembleia os funcionários também foram informados das discussões travadas no Conselho Universitário sobre o processo eleitoral da reitoria. Vários trabalhadores criticaram a maneira como foram tratadas as questões para o próximo pleito.

APROPUC e Fundasp concordam com novo acordo interno

A APROPUC e a Fundação São Paulo, Fundasp, chegaram a um denominador para o texto que regerá o novo Acordo Interno de Trabalho, com vigência até 28/1/2017.

No início das negociações as duas partes apontaram cláusulas que poderiam ser alteradas no novo texto. A Fundasp acenava com uma possível modificação na cláusula 42. Pelo texto o acordo interno define que em caso de demissão fica assegurado um acréscimo de 15 dias, além dos 30 já consagrados pela CLT, aos professores com 45 anos de idade. A Fundasp propunha que essa idade base fosse estendida para 50 anos, tal como a Convenção Coletiva do Sinpro-SP. Os professores não concordam com a elevação da idade e justificavam que hoje existem 136 professores no recorte de 45-49 anos, provavelmente em situação de deslocamento na carreira, e esta alteração causaria um prejuízo ainda maior ao professor(a) demitido. A Fundasp con-

cordou com a manutenção da cláusula.

Outro ponto que a mantenedora queria ver modificado dizia respeito à cláusula 22 que estipula a licença para os docentes em caso de adoção. A Fundasp sugeriu o limite de idade de dois anos para que os pais da criança adotada pudessem gozar do benefício. A APROPUC argumentou fortemente sobre a necessidade da presença do pai/mãe adotante na adaptação dessa criança, independente da idade que tenha. E novamente a Fundasp concordou com o pleito da associação.

LICENÇA LUTO/GALA

Outra sugestão da APROPUC acatada pela Fundasp refere-se à extensão da licença de dois dias em virtude do falecimento de sogro(a), neto(a) e avós. Ficando o texto, dessa forma, com a mesma redação do acordo da AFAPUC.

O adiantamento salarial teve seu valor ampliado de R\$ 2.000 para R\$ 2.240 e o auxílio escola passou de R\$ 530 para R\$ 600.

O acordo já foi encaminhado para a assinatura do Sinpro-SP e deverá ser colocado no site após a assinatura final de todos os envolvidos e encaminhamento à DRT. Depois disso ele estará no site da associação.

O acordo interno dos docentes da PUC-SP, apesar dos ataques sofridos em momentos de crise aguda da universidade, ainda conserva conquistas diferenciadas para os docentes. A luta pela sua manutenção e ampliação tem sido uma das principais bandeiras da entidade.

Apesar do acordo assinado ainda existem outras pendências que deverão retornar à discussão com a Fundasp nos próximos dias. Estão nesta situação a questão dos valores pagos a título de abono da Participação nos Lucros e Resultados, que tanto APROPUC como AFAPUC julgam equivocados; a lista dos professores de Sorocaba com direito a receber os valores acordados na questão dos 7,66%.

GAUCHE NA VIDA

Brasil fragmentado na expectativa do dia seguinte

Em plena crise geral, a luta dos trabalhadores depende de agenda própria, autonomia e proposta alternativa aos partidos e entidades que defendem os interesses do capital.

Hamilton Octavio de Souza

A sociedade brasileira não está rachada, está fragmentada. Não existem apenas dois grandes grupos em disputa radicalizada pelo Palácio do Planalto. Existem inúmeras propostas para o enfrentamento da crise política defendidas por diferentes segmentos sociais na imprensa, no parlamento, nas entidades de classes e nas ruas. Elas tratam do impeachment, da renúncia, da cassação de uns e outros e de todos também. A defesa do atual "Estado Democrático de Direito" não exclui nem mesmo a convocação de eleições gerais ou a realização de uma Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma do sistema representativo. Enfim, a crise política está em aberto e sem solução à vista - apesar das urgentes demandas da gravíssima crise econômica.

Independentemente do que o Congresso Nacional venha a decidir sobre o atual processo de impeachment da presidente da República, a sociedade brasileira continuará na expectativa sobre o que vai acontecer no dia seguinte. Se o plenário da Câmara aprovar a admissibilidade do impeachment, o processo segue para o Senado, o que implica em mais alguns meses de forte tensão social e suspense. Se o plenário da Câ-

mara rejeitar a atual proposta, estão na fila pelo menos mais dez propostas de impeachment, inclusive a da Ordem dos Advogados do Brasil. E nada impede que ganhe força a ação de cassação da chapa Dilma-Temer em tramitação no TSE ou a proposta de convocação de eleições gerais ainda este ano, que tem alguma simpatia entre governistas e nas oposições de direita e de esquerda.

Nada disso, porém, está a garantir que um governo com Dilma, Temer ou qualquer outro na linha de sucessão constitucional tenha condições reais de governabilidade, com maioria no Congresso Nacional, com respeito das entidades de classe dos trabalhadores e dos empresários, com a simpatia das classes médias e das várias correntes que atuam na sociedade. Qualquer governo precisará de duas condições básicas para funcionar minimamente: 1º) Contar com articulação política capaz de inspirar confiança suficiente para conter a radicalização e a guerra generalizada dos vários fragmentos da sociedade; 2º) Dispor de proposta de enfrentamento da crise econômica que agrade ao mesmo tempo as classes trabalhadoras e os vários grupos empresariais, que retome o desenvolvimento com rápida geração de empregos, que contenha a sangria dos cofres públicos e invista pesa-

do nas áreas sociais (saúde, educação, habitação e transportes públicos).

Essa saída de conciliação não interessa nem para o capital nem para os trabalhadores, nem para a direita nem para a esquerda, nem para os governistas nem para as oposições. Mas, na atual conjuntura de polarização e de grande confusão ideológica, a imposição de qualquer facção não será suficiente para superar a fragmentação e continuará a ausência de sustentabilidade no governo, se não somar grupos e correntes numa proposta com razoável articulação. Mesmo porque a fragmentação atual não está definida pela luta de classes clássica, entre trabalho versus capital, trabalhadores versus empresários ou empregados versus patrões. Também não é uma luta entre projetos distintos para a sociedade entre a esquerda socialista versus a direita capitalista.

O que divide a sociedade brasileira hoje está nos marcos do capitalismo, no máximo entre visões sobre como superar a crise do neoliberalismo na economia globalizada, seja com medidas mais ortodoxas, seja com medidas mais heterodoxas, seja com austeridade, seja com neodesenvolvimentismo, seja com cortes no investimento e no superávit primário, seja com cortes nos programas sociais. Por isso mesmo a frag-

mentação de forças se espalha na sociedade de forma tão emaranhada, ao ponto de dividir as frações do capital e as frações dos trabalhadores entre esse ou aquele alinhamento político.

Difícilmente um governo sem respaldo social terá condições de levar adiante qualquer programa para reverter o baixo nível da atividade econômica, que tem gerado desemprego, reduzido o consumo, reduzido a arrecadação tributária, obrigado o Estado a cortar gastos e investimentos. Um governo sem credibilidade dificilmente conseguirá reverter a queda dos investimentos privados e a acelerada evasão de capitais. Apoio e credibilidade são pressupostos para a superação da crise política e início do enfrentamento da crise econômica.

Um governo fraco, despojado de apoio social, não conseguirá nem mesmo estimular o País a sair da recessão para projetar o ingresso em novo ciclo virtuoso de crescimento. Menos ainda terá condições de desenvolver programa progressista que faça o confronto direto com os mecanismos de maior acumulação e maior concentração do capital. Como reduzir drasticamente a taxa de juros e interromper a sangria da dívida pública sem entrar em

continua na próxima página

continuação da página anterior

conflito com os bancos e com os especuladores financeiros? Da mesma forma, como fazer ampla reforma agrária para assentar milhões de famílias no campo sem entrar em conflito com o latifúndio e o poderoso agronegócio?

Por isso mesmo, a luta dos trabalhadores, independentemente do desfecho da atual crise política, deve ser sempre a afirmação de uma agenda própria, autônoma, alternativa às propostas dos partidos e das entidades que defendem os interesses do capital. Não interessa aos trabalhadores nem o aprofundamento da atual crise econômica nem a articulação de um governo que continue jogando nas costas dos trabalhadores e do povo os erros e os equívocos de um modelo que gerou desemprego, arrouchou os salários, destruiu conquistas e direitos sociais, esfacelou os serviços públicos, enfim, colocou a economia do País refém dos capitais nacional e internacional.

Os trabalhadores só vão impedir maiores retrocessos nas condições de vida e de trabalho se conseguirem construir maior unidade classista, se conseguirem atuar de forma combativa, sem entrar no jogo das forças vinculadas aos grupos dominantes dos vários partidos de situação e oposição. O quadro geral está muito embaralhado. Por isso mesmo os trabalhadores precisam ter o seu programa independentemente do governo que sair da crise atual. Esse é o desafio.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.

Este artigo foi publicado originalmente em <http://www.correiocidadania.com.br/>

Psicologia debate desmilitarização da polícia e da política

No dia 13/4, quarta-feira, como parte da Semana de Integração do curso de Psicologia da PUC-SP, foi realizado o debate "Desmilitarização da Polícia e da Política". O encontro contou com a presença da Prof. Dra. Adriana Eiko Matsumoto (UFF), de Givanildo Manoel, membro do Comitê pela Desmilitarização e militante de diversos movimentos sociais, e de representantes do grupo Mães do Jabaquara, que tiveram seus filhos presos arbitrariamente. O evento foi pensado após a intensa repressão realizada pela Polícia Militar contra alunos da PUC-SP algumas semanas antes.

Em sua fala, Giva procurou destacar que a democracia brasileira vem passando por um processo de crise há algum tempo, uma vez que se trata de uma sociedade que viola sistematicamente diversos direitos humanos. Para exemplificar isso, o militante citou alguns dados: o Brasil tem 57 mil mortes violentas registradas por ano, além de ser o país com a quarta maior população carcerária do mundo, sendo que cerca de 40% desses presos está na cadeia devido a uma política de drogas falida.

"A classe trabalhadora e a população periférica já vivem em um estado de exceção, com medo constante da polícia. Precisamos reconstruir e fortalecer os instrumentos de garantias de direitos humanos, que são fundamentais para a democracia", pontuou.

Em seguida, a professora Matsumoto destacou que a desmilitarização da polícia é uma pauta parcial, pois sua conquista não significará o fim da violência de estado,



Da esquerda para direita: Patrícia e Beth, Representantes do Mães do Jabaquara, Giva Manoel, Adriana Matsumoto e a professora da PUC e mediadora da mesa, Fabiola Freire

mas ajudará a transformar as bases da sociedade.

No âmbito da psicologia, a professora comentou ainda sobre a constituição do estado do medo, que funciona como instrumento de controle da subjetividade e das massas, instalando uma dinâmica de guerra e um estado de exceção que precariza a vida humana.

Nesse sentido, Matsumoto aponta a psicologia da libertação como uma alternativa para a profissão, ou seja, uma psicologia descolonizada. Além disso, a professora também apresentou a democratização da comunicação como uma iniciati-

va importante para a emancipação humana, ao lado dos movimentos sociais e da luta antiproibicionista.

Beth e Patrícia Tizano, representantes do Mães do Jabaquara, comentaram sobre suas experiências pessoais: seus filhos foram presos "em flagrante" por um crime que nunca cometeram e sem estarem perto da cena do roubo do qual foram acusados. "Pobre e morador de periferia paga o preço. Temos provas da inocência deles, mas o juiz não quer saber. O sistema é muito frágil e fraco. A gente se sente abandonado", desabafou Patrícia.



Estudantes lançam manifesto contra impeachment

Na noite de terça-feira, 12/4, estudantes da PUC-SP reuniram-se na Prainha e realizaram um ato contra o processo de impeachment sofrido pela presidente Dilma Rousseff. Durante o ato os estudantes leram um manifesto (foto) contra o processo que tramita no Congresso

MOVIMENTOS SOCIAIS

Servidores públicos se manifestam contra redução de direitos e salários

Na manhã dos dias 14 e 15/4, servidores públicos fizeram uma manifestação em frente ao Ministério da Fazenda, na região central de Brasília, contra a proposta de renegociação da dívida dos estados e do Distrito Federal, que pode congelar salários, adiar concursos públicos e aumentar as alíquotas previdenciárias dos servidores, entre outras medidas.

A proposta tramita atualmente no Congresso Nacional e prevê o alongamento do prazo das dívidas dos estados de 30 para 50 anos com a União. Em entrevista à Agência Brasil, Carlos Henrique Bessa Ferreira, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal, disse que o projeto é "um ataque aos servidores e aos serviços públicos" à medida



Manifestantes protestam em frente ao Ministério da Fazenda em Brasília

em que suspende concursos e admite a suspensão de reajustes salariais, por exemplo. "Se o projeto for aprovado no Congresso, o nosso reajuste de salário previsto para agosto poderá passar apenas para 2017. É uma situação que nós não podemos aceitar", acrescentou.

Segundo a Confederação

dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, 200 servidores participaram da manifestação, que foi convocada pelo Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais, formada por entidades da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conlutas e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Associação de imigrantes haitianos realiza almoço colaborativo

No dia 29/5, domingo, a União Social de Imigrantes Haitianos, primeira associação de imigrantes haitianos em São Paulo, realizará um almoço no Espaço Latino Americano Rosa Luxemburgo para arrecadar fundos para a reforma do

telhado de sua sede.

Recém fundada, a associação prima pela inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho e pelos direitos dos trabalhadores que se encontram na ativa. Além disso, busca fortalecer a luta através de

vínculos com associações, sindicatos e centrais cujos princípios buscam o respeito ao trabalhador.

Os convites serão vendidos a R\$ 20,00 e o evento será aberto a qualquer pessoa que tenha interesse em ajudar.

ABEPSS se posiciona contra cortes do Capes

Há poucas semanas, a comunidade acadêmica foi surpreendida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agência do Ministério da Educação (MEC) para fomento da ciência, que bloqueou o acesso de estudantes a mais de sete mil bolsas de pós-graduação no país.

A Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) divulgou uma nota afirmando que os cortes põem em risco todas as conquistas do Serviço Social neste campo nas últimas décadas. "Reconhecemos que essas medidas são produto de um conjunto de ações que o Estado brasileiro desenvolve nas últimas décadas e nesta conjuntura, em particular,

voltadas às necessidades do ajuste fiscal (...). Estamos certos que tais ações prejudicam e tendem a inviabilizar o franco desenvolvimento que nossa área vem experimentando nos últimos anos", pontua o texto.

A nota se posiciona ainda contra outras medidas, como a redução e o atraso do repasse de recursos para os Programas

Aumenta o número de escolas ocupadas no Rio de Janeiro

No dia 21/3, a primeira escola do Rio de Janeiro foi ocupada por estudantes secundaristas, o Colégio Estadual Mendes de Moraes. Hoje, já chega a 36 o número de ocupações.

Estudantes, familiares e funcionários buscam pressionar o governador do estado, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e a Secretaria de Estado e Educação devido a um corte de 500 milhões de reais na educação, além de salas superlotadas, cortes nas merendas e infraestrutura precária. Além disso, os estudantes também se posicionam contra o ajuste fiscal do governo federal e contra a falta de investimento na saúde e no transporte do estado do Rio de Janeiro.

Durante a semana passada, a Seeduc se reuniu com representantes da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, do Ministério Público e das secretarias de Estado de Segurança e de Assistência Social e Direitos Humanos para discutir a reintegração de posse da primeira escola ocupada. Até o fechamento desta edição, ação estava suspensa por liminar da Justiça.

de Pós-Graduação por parte da Capes no ano passado, suspensão de programas voltados a concessão de bolsas para realização de pós graduação no exterior e o recente corte de bolsas sanduíche pelo Cnpq. "[Tais medidas] atentam contra a produção de conhecimento e o progresso da ciência brasileira", conclui a nota.

ROLA NA RAMPA

Nova proposta das mantenedoras desagrada sindicatos

Acabou sem acordo a rodada de negociação com o Semesp, sindicato que representa o ensino superior privado, realizada dia 13/04. Os patrões voltaram a insistir no pagamento parcelado da inflação (10,57%), sem nenhum aumento real ou qualquer outra compensação. Pior ainda a contraproposta patronal apresentada na reunião – 7% em março e a complementação de 3,57% a partir de outubro, com abono de 12% em fevereiro/2017– desagradou o Sinpro-SP e todas as demais entidades de professores e trabalhadores em educação. A direto-

ria do Sinpro-SP avalia que os representantes patronais estão se aproveitando das turbulências políticas e econômicas como desculpa para dificultar as negociações, já que não há nenhum indicativo de crise no ensino privado, tanto da educação básica como do ensino superior. O Sinpro-SP recomendou às instituições de ensino que reajustem imediatamente os salários de seus docentes em, pelo menos, os 10,57% correspondentes à inflação. A PUC-SP adiantou somente 5,5% e está em 213º lugar no ranking elaborado pelo Sinpro-SP.

Roda de conversa debate com estudantes secundaristas

No dia 13/4, quarta-feira, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUC-SP, realizou uma roda de conversa sobre Juventudes e Ocupação nas escolas. O evento recebeu Luana Rocha, estudante e membro do Levante Popular da Juventude, Thiago Pacheco, professor e também membro do Levante Popular, Emerson Santos, estudante e membro da

União Paulista dos Estudantes Secundaristas, e a debatedora Ana Luiza Salles Souto, do Instituto Pólis. O evento relembrou a luta dos estudantes do estado de São Paulo nas ocupações que aconteceram ano passado, em reação à reorganização escolar proposta pelo governo estadual, e que hoje acontecem no estado do Rio de Janeiro, em forma de protesto por melhorias no ensino e na infraestrutura educacional.

PAC abre as inscrições em curso de inglês para bolsistas

Estão abertas as inscrições, até o dia 22 de abril, para o Curso de Inglês para Bolsistas oferecido pela Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias da PUC-SP. São 30 vagas para aulas que de-

vem acontecer às segundas e quartas, das 12h às 13h30 ou 17h30 às 19h; ou às terças e quintas, das 17h30 às 19h. Para maiores informações acesse o site www.pucsp.br/pac.



ANDRESSAVILELA

Da esq. pSara direita: Elaini Cristina da Silva, Ana Claudia Mielke, Miguel Chaia, Paulo Sérgio Pinheiro e Renato Rovai

Profissionais debatem cenário atual e o papel da mídia

O Programa de Educação Tutorial e o Departamento de Relações Internacionais da PUC-SP iniciaram, na última quinta-feira, os "Diálogos em RI: academia sociedade civil". No primeiro, o tema foi Crise Política e Democracia no Brasil: o Papel de Mídia.

O encontro teve como convidado o professor Miguel Chaia, do Departamento de Política e coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP; Ana

Claudia Mielke, jornalista, mestre em Ciências da Comunicação e membro do Intervozes; Renato Rovai, jornalista, professor da Cásper Lívero e editor da Revista Fórum; Paulo Sérgio Pinheiro, presidente da Comissão Independente de Inquérito da ONU sobre a Síria e coordenador da Comissão Nacional da Verdade, e Elaini Cristina da Silva, professora da PUC-SP, pesquisadora do Cebrap e especialista em Direito Internacional.

Curso de direito debate candidatura de Bernie Sanders

No dia 27/4, quarta-feira, às 19h, o curso de Direito organiza o debate "O fenômeno da candidatura Bernie Sanders", que se propõe a entender a candidatura do senador Sanders, do partido Democrata dos Estados Unidos, para as próximas eleições presidenciais do país.

O senador se intitula como "socialista democrático" e

vem quebrando protocolos ao confrontar o sistema político e econômico dos EUA. O evento contará com a presença de Alvaro Bianchi (Unicamp), Caio Zinet (militante do PSOL), Frederico Henriques (militante do PSOL), Samara Marino (militante do PCB) e Wilson Honorio (militante do PSTU) e acontecerá no auditório 239 do Prédio Novo.

Museu da Cultura apresenta Exposição Yanomami

Nesta segunda-feira, 18/4, o Museu da Cultura da PUC-SP dá início à Exposição Yanomami, que ficará aberta por um mês, até o dia 19/5. A exposição pretende resgatar e valorizar a cultura indígena yanoma-

mi. O evento de lançamento teve a presença de Tamara Miranda e Taís Tatit, ex-educadoras do programa de educação intercultural yanomami. A exposição fica aberta de segunda à sexta, das 14h às 19h.